

DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2012v19n28p208>

O DEBATE SOBRE TRABALHO ESCRAVO, ABOLICIONISMO E TRABALHO LIVRE NO SUL DE MINAS (DÉCADAS DE 1870-1880)

THE DEBATE ABOUT SLAVE WORK, ABOLITIONISM AND FREE WORK IN SOUTH OF MINAS (DECADES OF 1870-1880)

Marcos Lobato Martins*

Resumo: Este trabalho analisa os debates na imprensa do Sul de Minas sobre trabalho escravo, abolicionismo e trabalho livre, ocorridos nas décadas de 1870 e 1880. Privilegiam-se periódicos que circularam nos centros urbanos mais destacados da região – Campanha, Pouso Alegre e Itajubá –, de diferentes orientações político-ideológicas. A intenção é examinar as visões do problema da escravidão presentes na região e as propostas que os periódicos locais delinearão para sua solução, apontando as semelhanças e diferenças entre elas e os encaminhamentos tomados na vizinha província de São Paulo.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Trabalho livre. Imigração. Imprensa. Sul de Minas.

Abstract: This article analyses the debates in the press of the South of Minas about slave work, abolitionism and free work, occurred in decades of 1870 and 1880. Are privileged the newspapers that circulated in the most detached cities of the region – Campanha, Pouso Alegre and Itajubá – with different politic and ideologic orientations. The intend is examine the visions of the slavery problem presents in the region and the local newspapers' propositions delineated for his solution, indicating the similarities and differences between they and the directives taken by the neighbor province of São Paulo.

Keywords: Slave work. Free work. Immigration. Press. South of Minas.

* Professor adjunto do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: lobatohistoria@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por transformações importantes. Na Europa, experimentou-se o rápido avanço do capitalismo, da industrialização e da urbanização, em meio a revoluções sociais e crises políticas. A época também foi de surgimento, assimilação e difusão de novas ideias científicas e de tecnologias que alteraram significativamente a vida cotidiana. No plano internacional, o Oitocentos assistiu aos movimentos de independência e consolidação de estados nacionais no Novo Mundo, e, mais tarde, ao início da corrida imperialista na África e na Ásia. Por todo o globo, estendeu-se nova rede de relações comerciais e nova divisão internacional do trabalho nos quadros da hegemonia europeia. No Brasil, a crise do sistema colonial e a Independência colocaram às elites proprietárias novos desafios: a administração do Império, a manutenção da integridade territorial, a preservação do escravismo, a construção de boas relações diplomáticas e comerciais com as potências europeias, principalmente a Inglaterra, e a defesa dos interesses brasileiros na conturbada região do Prata. Como ressaltaram muitos estudiosos, a monarquia constitucional no Brasil ensaiou a convivência entre modernidade e escravidão, razão pela qual o regime não poderia ter sobrevivido à Abolição.¹

Internamente, o debate sobre a modernização do Brasil abarcou gama ampla de temas e mobilizou as elites letradas. Tal debate concentrou-se nas questões do *laissez-faire*, da escravatura e do comércio de escravos. José da Silva Lisboa (1756-1835), Visconde de Cairu, ideólogo do livre comércio e defensor do poder centralizado, acreditava que o Brasil não iria se desenvolver sem a criação de uma força de trabalho livre, e sem a europeização ou embranquecimento da população.² José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), o “Patriarca da Independência”, pensava que o futuro de progresso do Brasil dependia da abolição do tráfico e extinção da escravidão, modificação do regime de propriedade (subdivisão das terras improdutivas pelo Estado), preservação das florestas, exploração das minas, promoção da instrução, reforma do governo, desenvolvimento do povoamento do interior e localização adequada das novas vilas, tudo isso realizado sob a égide da racionalidade e do emprego das técnicas modernas.³ Se havia vozes moderadas que defendiam a gradual extinção do sistema servil, havia outras vozes que se aferraram ao escravismo. Uma dessas vozes foi a de Carlos Augusto Taunay (1791-1867), que julgava a instituição da escravidão necessária à economia brasileira, propunha o paternalismo e a disciplina estrita como princípios da gestão eficiente das escravarias. Na sua obra *Manual do agricultor brasileiro*, publicada em 1839, Taunay defendeu ainda a grande propriedade, a diversificação da agricultura de exportação e o aumento da produção de alimentos. Algo que coadunava com as posições dos saquaremas, favoráveis à continuidade da escravidão, da estrutura colonial de produção e das influências fundadas na grande propriedade, na riqueza e nas importâncias sociais.⁴

Esta discussão sobre o escravismo, audível já no alvorecer do Império, ganharia ainda maior intensidade em razão das pressões crescentes da Inglaterra no sentido da proibição do tráfico intercontinental. Em 1842, o Conselho de Estado discutiu um projeto de lei agrária que propunha intervenções políticas para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, baseadas no estímulo à imigração e à colonização estrangeira, sobretudo europeia. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu definitivamente o comércio atlântico de cativos, apontou na direção da abolição gradual, por via parlamentar, baseada na expectativa de indenização futura ao direito de propriedade senhorial, como evidenciou anos depois, em 1871, a Lei do Ventre Livre. Em 1866, o jornal *Opinião Liberal*, porta voz dos setores mais radicais do Partido Progressista, colocou na imprensa, pela primeira vez, a proposta da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Dois anos depois, o Manifesto do Centro Liberal, agrupamento que tinha por meta revitalizar o antigo Partido Liberal, que ficara eclipsado pela Liga Progressista (1862) e pelo Partido Progressista (1864), destacou o tema da emancipação, defendendo a libertação dos nascituros e a libertação gradual dos escravos existentes, exigência posta pela busca da civilização e um dever do Partido Liberal.⁵

Assim, na segunda metade do Oitocentos, a questão da Abolição transbordou dos gabinetes ministeriais e das tribunas parlamentares, alcançando todos os cantos do território brasileiro. Na imprensa e nas cidades, o abolicionismo mobilizou a opinião pública e provocou disputas sobre a própria definição de cidadão brasileiro, ao colocar em xeque a situação dos libertos (submetidos a limitações constitucionais e de participação política) e exigir o reconhecimento jurídico dos chamados “ventres-livres” como “ingênuos” (isto é, livres, conforme a Constituição de 1824). A escravidão e sua substituição pelo trabalho livre ocuparam posição destacada nas propostas formuladas pela *Geração de 1870*, sobre a qual, no dizer de Sílvio Romero (1851-1914), “um bando de ideias novas esvoaçava”.⁶

Joaquim Nabuco (1849-1910), cujo livro *O abolicionismo*, publicado em 1883, incendiou o debate sobre a escravidão, contestou veemente e eloquentemente o regime servil. A escravidão era, para ele, ilegal e ilegítima, pois não se baseava nem no direito natural nem na Constituição. Incompatível com a modernidade, Joaquim Nabuco apresentou a escravidão como “instituição fóssil”, herança colonial que se transformara em “sistema social” que moldara toda a formação da sociedade, da cultura e do estado brasileiro, aprisionando em sua lógica perversa tanto senhores quanto cativos. Conforme Nabuco, a “obra da escravidão” não poderia ser extinta simplesmente pela lei. Seria necessário promover uma “refundação” do Brasil, o que exigiria a Abolição e a instituição da pequena propriedade a ser explorada por imigrantes europeus. Mas, pensava Nabuco, isso deveria ocorrer por meio de uma “conciliação” nacional viabilizadora de reformas por vias legais. Joaquim Nabuco não incitou

os escravos à rebelião; ao contrário, arvorou-se portador de um “mandato da raça negra” para bem conduzir a reforma social.⁷

Bem diversa era a posição de outro integrante da *Geração de 1870*, o engenheiro e abolicionista André Rebouças (1838-1898). Este defendeu o abolicionismo e a imediata liberação da terra, compreendendo que a democratização da propriedade rural seria o único golpe efetivo contra a escravidão. Para Rebouças, a terra teria que se tornar acessível aos libertos, daí seu projeto de “democracia rural brasileira”, presente no livro *Agricultura nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática*, também publicado em 1883. Na obra, Rebouças preconizou a transformação dos trabalhadores do campo – libertos e imigrantes – em pequenos fazendeiros proprietários, bem como a reorganização da produção agrária com base no estabelecimento de “fazendas centrais”, entendidas como “núcleos centrípetos de uma constelação de pequenos produtores, os quais forneceriam matéria-prima para o processamento na unidade central em troca de serviços de coordenação, desenvolvimento técnico e financiamento do ciclo produtivo dos associados”.⁸ A liberdade resultante da escravidão exigia, portanto, a vigência da condição de proprietário para o ex-escravo como sua inserção numa dimensão coletiva comunitarista. Em comum com Joaquim Nabuco, Rebouças preferia a estratégia da reforma social conduzida pela via parlamentar, sob a direção do Estado Monárquico.

O objetivo deste trabalho é passar em revista os debates sobre trabalho escravo, abolicionismo e trabalho livre, ocorridos no Sul de Minas, nas décadas de 1870 e 1880, envolvendo as elites letradas regionais cujas opiniões eram expressas nos jornais editados nas pequenas cidades sul-mineiras. Privilegiam-se periódicos que circularam nos centros urbanos mais destacados da região – Campanha, Pouso Alegre e Itajubá –, de diferentes orientações político-ideológicas. A intenção é examinar as visões do problema da escravidão presentes na região e as propostas que os periódicos locais delinearam para sua solução, apontando as semelhanças e diferenças entre elas e os encaminhamentos tomados na vizinha província de São Paulo.

A VITALIDADE DA INSTITUIÇÃO SERVIL NO SUL DE MINAS

É bastante conhecido o fato de que, no decorrer do século XIX, a província de Minas Gerais apresentava economia bastante diversificada, orientada para o abastecimento de mercados locais e regionais.⁹ Nela não havia forte presença de grandes *plantations* com grande número de escravos. Ao contrário, o cenário mineiro era dominado por unidades produtivas cujas posses de escravos eram de tamanho pequeno e médio. Douglas Libby demonstrou que, na primeira metade do século XIX, o maior grupo de proprietários

mineiros, em termos do tamanho da posse, foram os donos de 3 a 5 cativos, representando 28% dos senhores de escravos da província.¹⁰ Por outro lado, na amostra analisada por este pesquisador, 67% dos domicílios não possuíam escravos. O interessante, contudo, é que Minas Gerais, província que não estava diretamente ligada ao comércio atlântico, manteve a condição de maior detentora de escravos do Brasil no século XIX.

Após a extinção do tráfico africano, em 1850, a distribuição de escravos dentro de Minas Gerais sofreu alterações significativas. A província, que não se tornara exportadora de escravos para as áreas cafeeiras fluminenses e paulistas em função da crise da economia mineradora, como havia afirmado Celso Furtado¹¹, experimentou realocações do contingente mancipio pela via do tráfico interno. Na verdade, os senhores da Zona da Mata e do Sul de Minas concentraram em suas mãos a maior parte dos cativos mineiros, enquanto regiões como o Centro e o Norte perderam participação relativa no total da escravaria provincial. Os dados colhidos por Roberto Borges Martins mostram como as duas regiões mais dinâmicas de Minas Gerais concentraram cerca de metade dos cativos existentes na província nas décadas finais do escravismo:

Tabela 1 – Minas Gerais: População escrava, por regiões, 1873-1886

Regiões	Anos		1873		1880		1884		1886	
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%		
Metalúrgica-Mantiqueira	95.401	24,9	63.160	19,5	51.820	17,3	49.436	17,3		
Mata	100.776	26,3	100.248	30,9	106.939	35,8	104.360	36,4		
Sul	81.511	21,3	71.682	22,1	63.982	21,4	61.270	21,4		
Alto Paranaíba	18.493	4,8	11.616	3,6	10.443	3,5	9.998	3,5		
Oeste	33.711	8,8	29.806	9,2	24.440	8,2	23.152	8,1		
Triângulo	7.996	2,1	9.436	2,9	5.921	2,0	5.522	1,9		
São Francisco-Montes Claros	7.983	2,1	8.325	2,6	7.574	2,5	7.411	2,6		
Paracatu	2.639	0,7	1.714	0,5	1.587	0,5	1.548	0,5		
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	34.160	8,9	28.551	8,8	26.225	8,8	23.794	8,3		

Fonte: MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. p. 35.

Esta presença significativa de escravos em Minas Gerais contrasta com as baixas taxas anuais de manumissão. Ainda conforme Roberto Martins, as menores taxas de alforria nas duas últimas décadas da escravidão foram registradas em Minas Gerais, como se pode ver na tabela seguinte:

Tabela 2 – Manumissão de escravos, por províncias, 1877-1881
Taxa anual de manumissão¹²

Província / anos	1877	1878	1879	1880	1881
Município Neutro	20.6	19.0	26.0	33.5	33.3
Espírito Santo	5.2	5.9	7.1	8.2	7.4
Rio de Janeiro	4.5	3.9	5.1	5.5	5.8
São Paulo	3.9	3.5	3.7	4.7	5.6
Minas Gerais	3.9	3.0	3.2	5.3	5.1
Brasil	7.0	6.3	7.1	9.1	11.1

Fonte: MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. p. 35.

Daí o autor referido ressaltar a “plena vitalidade da instituição servil” em Minas Gerais, ou o “apego mineiro à escravidão”, escrevendo:

Os senhores da província, longe de estarem ansiosos para ver o fim do cativo, não só seguiram comprando escravos, como também detiveram a duvidosa glória de apresentar as mais baixas taxas de manumissão do país durante os anos finais da escravidão, 5% contra 10,8% que era a média de manumissão do país entre 1872 e 1885.¹²

A literatura descreve os sítios sul-mineiros oitocentistas em termos estritamente similares aos utilizados para caracterizar outras regiões da província. Tratava-se de propriedades dedicadas aos gêneros de abastecimento (pecuária, cana e cereais), com pequenas e médias escravarias, em boa medida absorvidas pela demanda originária da Corte.¹³ Quanto à presença escrava no Sul de Minas, o trabalho de Maria do Carmo Salazar Martins e colaboradores, elaborado a partir dos dados do recenseamento de 1862-1863¹⁴, indica a ordem de grandeza da população escrava e o padrão regional de posse de cativos. Vejam-se as tabelas seguintes, contendo informações sobre o Sul de Minas, constituído pelas regiões que Salazar Martins denominou Sul e Sudoeste:

Tabela 3 – População por sub-região, 1862-63

Sub-região	Homens livres	Mulheres livres	Homens cativos	Mulheres cativas
Sul	25.453	26.346	10.881	7.831
Sudoeste	9.431	11.321	2.501	2.041

Fonte: MARTINS, Maria do Carmo Salazar et al. *População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002, p. 11.

Tabela 4 – Porcentagem do número de fogos por quantidade de escravos, 1862-63

Sub-região / Número de escravos por fogo	0	1	2-4	5-9	10- 14	15- 19	20- 24	25- 29	30- 34	>35
Sul	74,94	5,56	7,49	6,13	2,50	1,44	0,60	0,47	0,38	0,79
Sudoeste	68,63	8,50	10,68	6,97	1,74	1,31	0,87	0,00	0,44	0,87

Fonte: MARTINS, Maria do Carmo Salazar et al. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. p. 13.

Nos dados coligidos por Salazar Martins, os municípios vizinhos Alfenas e Três Pontas possuíam, em 1862-63, maior porcentagem de participação de escravos na população total do que a média provincial (que era de 25,1%). A freguesia de Machado, então pertencente ao município de Alfenas, integrava a lista das freguesias mineiras nas quais a população escrava ficava entre 35 e 39% da população total. Números que atestam o vigor relativo do trabalho servil em áreas do Sul de Minas. Douglas Libby estimou que, no Sul de Minas, em 1872, cerca de um quinto da mão de obra ocupada era servil e que os escravos-jornaleiros perfaziam de 10,9 a 16,1% da força de trabalho masculina escrava na região.¹⁵ Para este autor, “a agricultura mais dinâmica no Sul poderia explicar seu continuado apego ao regime escravista”.¹⁶

A instituição do trabalho servil, no entanto, já não era capaz de suprir as demandas da produção sul-mineira na segunda metade do século XIX. Ofícios de câmaras municipais, datados da década de 1850, dão conta deste fato. Matérias da imprensa regional também chamaram atenção para a carência regional de mão de obra. Em resposta a circulares do Presidente da Província de Minas Gerais, que inquiriam sobre a situação econômica das localidades sul-mineiras, a Câmara Municipal de Campanha enviou ofício, datado de 20 de fevereiro de 1857, no qual se lê: “[...] os lavradores de cana são os que menos sofrem com a cessação dos braços escravos por ser este ramo o que melhor se presta ao serviço de parceria, com trabalhadores livres”. A Câmara Municipal de Pouso Alegre, em ofício datado de 06 de fevereiro de 1857, afirmou que “a agricultura se ressentia da falta de braços, sendo de esperar que os jornais subam de preço”. Por sua vez, a Câmara Municipal da Vila de Aiuruoca, em ofício de 26 de janeiro de 1858, julgava que “a causa primordial de elevação dos preços dos gêneros alimentícios é a falta de braços que trouxe o enfraquecimento da lavoura, datando da supressão do tráfico [...]”. Na mesma toada foi emitida a resposta da Câmara Municipal de Três Pontas, ofício de 18 de janeiro de 1858, que informava:

A falta de braços, ocasionada pela morte dos escravos tem também influído consideravelmente para a diminuição da produção porque o agricultor não acha meios de os substituir em razão de o pequeno número de jornaleiros livres, que existe neste município achar um salário maior do que aquele que razoavelmente se pode pagar para cultivar a terra, na condução de gado, porcos e tropas para o mercado da Corte, e finalmente porque muitos indivíduos que se poderiam dar ao trabalho da agricultura e tirarem dele cômoda e decente subsistência vegetam na ociosidade sem procurar emprego algum.

O editorial do jornal *Monitor Sul-Mineiro*, n. 898, de 1º de abril de 1888, em tom de queixa comentava as fugas diárias de escravos das províncias vizinhas para São Paulo, prevendo: “Com os contratos de introdução de imigrantes feitos e com a aquisição constante, e que progressivamente aumenta, de escravos que fogem de Minas e Rio de Janeiro, calcule-se o que será São Paulo dentro em pouco”. O redator do *Almanach Sul Mineiro para 1874*, Bernardo Saturnino da Veiga, lamentava a escassez de trabalhadores que deixava subaproveitada a terra fértil de imensas áreas do Sul de Minas. É o que se depreende do trecho do *Almanach* que diz: “Uma grande parte das terras do sul de Minas acha-se ainda inculta, mas já não existem terrenos devolutos neste lado da província, sendo certo que provém aquela circunstância especialmente da desproporção notável que há entre a população e superfície do solo”.¹⁷

Portanto, como no restante do país, os proprietários sul-mineiros preocuparam-se com o problema da mão de obra, que lhes parecia conter ser pelo menos três aspectos: a) como manter a vigência da escravidão após a extinção do tráfico? b) como lidar com o trabalhador livre nacional? c) dever-se-ia apostar ou não no imigrante estrangeiro como força de trabalho decisiva para a lavoura?

A QUESTÃO SERVIL NA IMPRENSA SUL-MINEIRA

Talvez o mais influente e conhecido periódico de Campanha, o *Monitor Sul-Mineiro* tinha na importante família Veiga seu sustentáculo editorial, político e econômico. Tratava-se de jornal moderado, que se autodeclarava independente, isto é, desvinculado de correntes partidárias, abraçando tão somente os interesses maiores da Província e da Nação. Na verdade, sua linha editorial, imposta por Bernardo Saturnino da Veiga no período 1872-1896, era reformista. No melhor estilo dos conservadores moderados, as posições do jornal afirmavam a visão da política e da sociedade brasileira que predominou nos anos 1850.¹⁸

Ao lado da “questão regional” – o envolvimento com o fracassado projeto de criação da província de Minas do Sul –, o jornal encontrou na causa abolicionista a sua principal bandeira reformista. Nas páginas do *Monitor Sul-Mineiro*, a Abolição é tratada como “problema civilizacional”, com base em argumentos morais, e não políticos. Não está em causa nem a monarquia nem a grande propriedade, apenas a necessidade de promover a extirpação de uma chaga que maculava a figura do Brasil no concerto das nações civilizadas. O argumento exclusivo em defesa da Abolição aparece claramente no editorial do n. 894, publicado em 04 de março de 1888, nos seguintes termos:

Os hábitos que contraímos com a instituição do cativo tendem necessariamente a desaparecer – substituindo-os novos usos, costumes novos, mais convenientes, por certo para nossa própria ventura, e seguramente mais consentâneos com o estado da civilização do século.

Por isso, as páginas do *Monitor Sul-Mineiro* frequentemente trouxeram exortações aos proprietários de cativos. As notícias procuravam estimular a concessão de alforrias, bem como convencer aos senhores que a servidão era moralmente insustentável. A libertação dos escravos equivaleria a gesto de dignidade, grandeza e generosidade dos proprietários, concorrendo para a elevação moral e coesão social da Nação. Veja-se, por exemplo, a matéria publicada na edição de 06 de março de 1887:

Notícia de Carmo da Cachoeira. Estando-se procedendo o inventário dos bens deixados pela falecida Sra. Dna. Anna Generosa de Meirelles, da fazenda dos Coqueiros, desta freguesia, foram libertadas as seguintes escravas: Eva, pelo Sr. Urbano dos Reis, Sabina, pelo Sr. Pedro Rodrigues da Silva e Marcolina, pelos Srs. Alfêres Gabriel dos Reis e Silva, João Alves de Gouveia e pelos ex-senhores da referida escrava. Registramos com viva satisfação estes atos de louvável generosidade que tanta honra fazem ao caráter dos cavalheiros que os praticaram.

Ao noticiar alforrias ocorridas em São Paulo, o *Monitor Sul-Mineiro* de 18 de março de 1888, em editorial, desafiou os proprietários da região de Campanha nos termos seguintes: “os mineiros não [consintam] que os paulistas os excedam em sentimentos de generosidade e patriotismo, mesmo porque atualmente toda resistência é estéril [...]”. Poucos anos antes, o *Monitor Sul-Mineiro*, n. 92, de 22 de agosto de 1885, não só afirmava sua estratégia preferida para lograr a Abolição, mas também indicou o papel que esperava caber aos libertos, o de trabalhadores disciplinados:

Notícia de Areado. O importante negociante desta freguesia e distinto membro do partido conservador, o Sr. Antônio do Carmo Nogueira ofereceu [...] quatro cartas de liberdade a seus escravos Vicente de 50 anos, Gaspar de 27 anos, Inácio de 40 anos e Margarida de 17 anos. [...] reuniram-se muitos amigos do honrado Sr. Nogueira, a cuja casa se dirigiram, precedidos de uma banda de música e ao estrépito de inúmeros fogos que subiram ao ar. [...] dirigiram salutareos conselhos aos libertos, aconselhando-os o trabalho e regularidade de vida para que seu benfeitor nunca se arrependesse do benefício que lhes outorgava [...].

Vale insistir. Para o *Monitor Sul-Mineiro*, a extinção gradual do trabalho servil deveria ocorrer por meio da combinação de dois mecanismos: a alforria gratuita e a compra da liberdade dos cativos. A preferência do jornal era pela libertação com indenização, razão pela qual o periódico acompanhava a atuação das autoridades responsáveis pelo Fundo de Emancipação, oferecendo notícias detalhadas como a seguinte:

Fundo de emancipação. A 28 do passado, em Alfenas, em audiência especial do Sr. Dr. Juiz de Órfãos foram declarados libertos os seguintes ex-escravos: Francisco, pardo, 23 anos, por 900\$000, com 155\$000 de pecúlio. Sabino, pardo, 33 anos, por 800\$000, com 150\$000 de pecúlio. Victorino, preto, 44 anos por 600\$000, com 150\$000. Pedro, 26 anos, por 900\$000, com 150\$000 de pecúlio. Pedro, pardo, 19 anos, por 900\$000, com 150\$000 de pecúlio. Ana, preta, 18 anos, por 675\$000, com 130\$000 de pecúlio. Jacinta, preta, 44 anos, por 450\$000, com 130\$000 de pecúlio. Tereza, parda, 35 anos, por 600\$000, com 130\$000. Madalena, preta, 58 anos, por 100\$000, com 50\$000 de pecúlio. Joana, preta, 39 anos, por 450\$000, com 130\$000 de pecúlio. Lina, preta, 19 anos, por 600\$000, sem pecúlio, filha de Joana. Carolina, preta, 15 anos, por 600\$000, idem.¹⁹

Dessa forma, o jornal campanhense apoiou entusiasticamente a formação de sociedades abolicionistas nas cidades da região. Assim, na edição de 19 de setembro de 1886, o *Monitor Sul-Mineiro* saudou a constituição, em Três Pontas, da Sociedade Emancipadora Sete de Setembro, cujo objetivo era obter cartas de liberdade “suprindo a deficiência da quota do fundo de emancipação”, atuando exclusivamente no âmbito do município de Três Pontas. O periódico informa que a sociedade era integrada por Antônio Ferreira de Brito, Antônio Delcídio do Amaral, José Clementino Fernandes de Paula, João Ferreira de Abreu Salgado, Manoel Alves de Azevedo, Antônio Vieira Campos e Frederico Meinberg, que pagavam mensalidades de mil réis.

Justamente por abraçar a defesa da Abolição com indenização aos senhores de escravos, o *Monitor Sul-Mineiro* deixou espaço em suas páginas para matérias que veiculavam os pontos de vista e os interesses dos setores mais conservadores da sociedade regional. Veja-se, por exemplo, a edição n. 721, de 14 de janeiro de 1884, que publicou uma carta de Joaquim Eloy Mendes (Barão de Varginha) aos eleitores do 13º distrito eleitoral. Na missiva, o Barão de Varginha pedia apoio para o candidato Dr. Olympio Oscar de Vilhena Valadão. Eloy Mendes justificava sua indicação lembrando que Vilhena Valadão havia repellido projeto abolicionista que viria a “ferir de chofre a lavoura e o comércio, reduzindo [a população] à pobreza e à miséria”. E concluía: “É mister que unamo-nos para abater a terrível onda do abolicionismo irrefletido que se avoluma, e que, a todo transe, quer nos submergir”. Não se tratava de ambiguidade diante do abolicionismo, como sugeriram adversários dos Veiga. Parece mais sensato pensar que esta opção permitia ao periódico apregoar sua posição gradualista e moderada, afeita a alterações modernizadoras dentro da ordem, conduzidas com discernimento e patriotismo pelas classes abastadas. Para os colaboradores do *Monitor Sul-Mineiro*, o decisivo era realçar a ideia da extinção do trabalho servil como concessão das elites.

Por isso, como o *Monitor Sul-Mineiro* não vislumbrava papel ativo a ser desempenhado pelos escravos no processo da Abolição, o jornal pôde publicar numerosas notícias sobre recompensas para a captura de cativos fugidos.²⁰ Dois exemplos são dados a seguir. Em 01 de agosto de 1886, na edição 811, lê-se: “Fugiu o escravo João dos sinais seguintes: altura regular, barbado, uma perna torta por ter sido quebrada, bom ferreiro, cor fula, é bem prosa e risonho [...]. Será bem gratificado quem o prender e levar ao Carmo da Escaramuça [atual Paraguaçu], à Manoel Luiz Ribeiro”. Poucos meses depois, notícia semelhante é novamente publicada na edição n.829, de 05 de dezembro de 1886:

Desapareceu da fazenda da Mutuca [...] a escrava Maria, parda, de idade de 30 anos mais ou menos, com os seguintes sinais: altura regular, cheia de corpo, nariz regular, falta de dentes na frente, cabelos pouco crespos, compridos, bem falante, etc., cuja escrava é pertencente ao abaixo assinado, que gratifica generosamente a quem prendê-la e levá-la à sua fazenda, ou dela notícia certa der; e protesta com todo rigor da lei contra quem a tiver acoitado. Mutuca, 03/12/1886.

Posição semelhante quanto ao trabalho servil e ao abolicionismo foi abraçada por outro periódico sul-mineiro, o jornal *A Verdade*, “semanário imparcial e popular”, dirigido por Antônio José Pinto da Silva, que circulou em Itajubá entre 1886 e 1896. Este jornal, cujo primeiro número é de 04 de março de 1886, tomou como missão “trabalhar com dedicação em prol das letras, ciências e artes, de todos os direitos da sociedade e do cidadão, da educação e

bons costumes, da instrução pública e particular, do comércio, da agricultura e da indústria”. A leitura das páginas de *A Verdade* oferece numerosas matérias em favor da “redenção de homens valetudinários”, os escravos, cuja libertação definitiva seria “sempre agradável à consciência e à alma [por ser] um ato de justiça e reparação”. A liberdade concedida aos escravos por seus proprietários traria “hosanas aos que praticam beneficências e honra aos que as merecem”;²¹ o gesto de oferecer manumissões configuraria “uma prova do bom coração dos que praticam esse ato de amor e caridade”.²²

Para os redatores de *A Verdade*, a extinção do trabalho servil era questão moral e civilizatória, destinada a mostrar o quanto o país estaria disposto a trilhar o caminho do progresso. Percepção que se torna evidente na notícia publicada na edição 42, em 16 de dezembro de 1886:

Libertação. Em Ouro Preto, capital desta província, organizou-se uma filantrópica associação de senhoras, cujo escopo é hastear o lábaro da abolição sobre os muros da antiga Vila Rica, no dia da inauguração do ramal da estrada de ferro que deve ligar a capital à ferrovia Pedro 2º. Quando o silvo da locomotiva acordar os ecos do Itacolomi, Ouro Preto se ufanará redimida. Parabéns à província de Minas.

Nesta perspectiva, do avanço moral e do progresso civilizatório, o periódico de Itajubá encabeçou campanha entre seus leitores para angariar fundos destinados à emancipação de cativos no município, publicando em suas edições as contribuições recebidas e as alforrias alcançadas. E noticiou, entusiasmado, a assinatura da Lei Áurea:

Brasil Livre. Treze de Maio. Extinção da Escravidão. Libertas Quae Sera Tamem. Ave, Libertas! Está escrita uma das páginas mais gloriosas da história pátria. A completa extinção do elemento servil, já adiantada pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, é um fato consumado, felizmente, pela lei n. 3353, de 13 de Maio corrente. Não há mais escravos no Brasil! Frase consoladora e que exprime a primeira condição de prosperidade de um povo livre e civilizado. [...] Não houve batalha sangrenta, porque a luta foi no campo das ideias, que ficou alcatifado de flores, ao invés do que aconteceu em outros países, quando tentaram eliminar a escravidão de seu seio. [...] Está consumada a obra da reparação. Agora precisamos trabalhar para constituir as nossas relações e interesses sob os moldes da reforma áurea que proclamando o dogma do convívio social, abriu as portas do progresso para o nosso país e do bem-estar do indivíduo laborioso e honesto.²³

Tanto para o *Monitor Sul-Mineiro* quanto para *A Verdade*, a questão servil configurava problema a ser enfrentado no âmbito da ordem, pela ação esclarecida e moral das elites, respeitando-se o “dogma do convívio social”. Mudança a ser realizada sem mobilizações passionais, revolucionárias, sob o controle da “boa sociedade”.²⁴ Este era o ponto de vista das elites conservadoras e moderadas de Campanha e Itajubá.

Em contraste com os veículos de imprensa que se ligavam às hostes conservadoras sul-mineiras, os jornais republicanos da região trataram a questão da Abolição como algo bem maior do que problema moral ou econômico, relativo à mão de obra. Os jornais republicanos, como o campanhense *Colombo* e o pousalegrense *Valle-Sapucahy*, abordaram a escravidão como assunto diretamente afeito à definição da cidadania e ao regime político nacional. Falar de alforrias, sociedades abolicionistas e leis de extinção do trabalho servil implicava, para estes jornais, discutir a situação dos libertos, exigindo seu reconhecimento jurídico pleno, bem como defender sistema político mais aberto à participação dos cidadãos – no caso, a república.

O *Colombo*, jornal que circulou no período 1873-1885, estabelecia inequívoca equivalência entre Abolição e República. Lutar por uma exigia simultaneamente lutar pela outra, como evidencia a matéria publicada na décima edição, na qual se lê:

Tem feito mais ainda o partido republicano: tem muito a fazer, com que adquirirá jus à eterna gratidão desta e das gerações futuras. E quando outra coisa não houvesse feito, bastaria para dar-lhe primazia sobre todos os partidos do Brasil este só fato, este só serviço: em um país e em um meio século de escravidão, afrontando as iras de César e o ostracismo político a que ciente e conscientemente se condenava [...], ousou fazer ao futuro a imolação do presente; ousou afirmar o direito natural humano postergado e ludibriado pela realeza; ousou iniciar, pequeno e fraco, contra a realeza arbitrária e onipotente, a cruzada santa e magnânima donde há de sair, em prazo mais ou menos breve, triunfante e vitoriosa do absolutismo a liberdade, e da realeza a democracia.²⁵

Na perspectiva do *Colombo*, a afirmação do “direito natural humano”, da liberdade e da democracia se obteria apenas com o fim da Monarquia, regime absolutista sustentado na odiosa instituição do cativo. A Abolição não devia ser reduzida a uma campanha de convencimento moral dos proprietários; ela teria que ser movimento politicamente orientado para destituir o imperador e implantar a república. Neste ponto, convém assinalar o contraste entre os colaboradores do *Colombo* e o jornal *A República*, órgão maior do Partido

Republicano. Como se sabe, o Manifesto Republicano de 1870 silenciou sobre o tema da emancipação. Já o periódico do partido só tocou no tema da escravidão cinco meses após o início de sua circulação, que ocorreu em dezembro de 1870. E o fez para criticar o projeto de Lei do Ventre Livre, julgando-o uma calamidade. Na Província de São Paulo, os republicanos só assumiram posição clara contra a escravidão em 1887, às vésperas da Abolição, para desespero de abolicionistas como Luís Gama.²⁶ Os republicanos sul-mineiros do *Colombo* foram muito mais decididos nesta questão.

O movimento pela Abolição e pela República, contudo, nada deveria ter de “revolucionário”, nem deveria depender da ação decidida dos próprios cativos. Isto fica claro no modo como o jornal noticia rebeliões escravas, a exemplo da matéria seguinte:

Um juiz de direito em apuros. Um grupo de escravos, em número superior a 50, armados de foices e cacetes, se apresentaram ao dr. juiz de direito de Coruripe (Alagoas), exigindo sua liberdade, tomando em seguida a direção da capital, unindo-se a outros, o que fez aquele subir a 200. Graças às providências tomadas foram presos os cabeças e os mais voltaram para os engenhos de seus senhores.²⁷

Na verdade, o periódico republicano de Campanha compartilhava do ponto de vista de que conviria à política ser atividade raciocinada e sem violência: “Nunca o partido republicano aconselhou a violência. [...] Ele tem esperado pelo natural e progressivo derramamento das sugestões briosas, da luz instrutiva e dos impulsos generosos”.²⁸

A despeito da vinculação que fazia entre Abolicionismo e Republicanismo, o periódico republicano de Campanha não deixou de noticiar concessões de liberdade, a exemplo da seguinte matéria:

Liberdade. A sra. d. Maria Cândida de Nazareth, residente na freguesia de São Gonçalo, por ocasião do casamento de sua filha d. Rita Cândida de Nazareth com o sr. Joaquim Caetano Mendes, concedeu liberdade às suas escravas Joana, de 40 anos e Zeferina, de 30. Louvamos o ato humanitário dessa senhora.²⁹

Vale observar que mais dura era a posição do jornal *Valle-Sapucahy*, que circulou em Pouso Alegre no curto período de 1885-1886.³⁰ Este via com ceticismo e ironia a contribuição das alforrias concedidas no sentido de produzir mudanças necessárias à sociedade brasileira. É o que sugere a matéria: “Escravos libertos. Consta que o snr. Conselheiro Saraiva libertou todos os seus escravos em número de 72, sob a condição de prestação de serviços. É pior a

emenda do que o soneto...”.³¹ Mais do que à “generosidade” ou “caridade” de proprietários individuais que concediam manumissões, o jornal *Valle-Sapucahy* abriu espaço em suas páginas para o movimento abolicionista, suas ações e líderes, como na matéria seguinte:

O escravo Honório. Segundo noticia o Diário Popular de São Paulo, fora liberto no dia 4 do corrente o escravo Honório ultimamente preso por ordem do chefe da polícia da Corte para ser remetido a seu senhor, no Rio Claro, de cujo fato têm nossos leitores conhecimento. Além de muitos negociantes da Corte que recomendaram Honório, foram incansáveis em favor deste infeliz homem, os snrs. Luiz de Andrade, Angelo Agostini, redator da Revista Ilustrada e José do Patrocínio, que, após o embarque de Honório para São Paulo, telegrafaram ao denodado abolicionista Antônio Bento e à redação do Diário Popular para que envidassem os esforços em bem da liberdade de Honório.³²

Por outro lado, a atuação do *Colombo* caracterizou-se pela ênfase na denúncia dos absurdos e abusos decorrentes da vigência da escravidão. Autoridades constituídas e capitães de mato encarnavam, nas páginas do *Colombo*, a face repressora, violenta e injusta da monarquia assentada na escravidão, como sugere a matéria transcrita a seguir:

Homem livre reduzido à escravidão. No dia 18 do corrente na freguesia de São Sebastião do Areado foi amarrado Francisco Inácio de Oliveira por um capitão de mato, sem que para isso tivesse ordem de autoridade alguma, arranjou dois capangas, e foi o conduzindo para a província do Rio a mostra-lo a diversos fazendeiros e a não encontrar senhor, que o depositaria na cadeia de Campinas até que encontre senhor. O fato bárbaro que se diz não precisa comentários, o homem é livre e foi amarrado e vai passando por horríveis torturas. O capitão do mato chama-se José Antônio de Souza e dizem que mora em Campinas. Areado, 28 de setembro de 1880.³³

Tanto o jornal republicano de Pouso Alegre quanto o coirmão de Campanha apregoavam a extinção imediata do cativo, sem qualquer gradualismo. No caso do *Colombo*, os redatores viam na história ocidental lição que a nação brasileira deveria emular. Em 28 de setembro de 1884, na edição 436, o periódico publicou matéria intitulada “Discurso escravista”, na qual elaborava longa crítica ao pronunciamento do ex-deputado geral Diogo de Vasconcelos, na Assembleia Legislativa provincial. Neste pronunciamento,

Vasconcelos procurou justificar historicamente a escravidão e afirmou: “o único país que de um só golpe feriu a escravidão foi, senhores, os Estados Unidos”. O *Colombo* acusa Vasconcelos de distorcer a história, por influência da “educação católica e do egoísmo em ação”.³⁴ Em seguida, contesta o orador mineiro lançando mão de discurso de 1870 de um orador espanhol:

Se argumentasse lealmente, [Vasconcelos] deveria ter acrescentado que os outros países que tentaram a abolição gradual, não a conseguiram, tendo finalmente de dar golpe decisivo; de sorte que é a própria história da instituição que condena, como impraticável, o meio termo da abolição lenta e gradativa. É o que sabemos pela grande autoridade de Emílio Castelar, no discurso, talvez o mais eloquente que tem proferido, sobre a abolição do cativo em Cuba e Porto Rico, e do qual por hoje nos limitamos a transcrever alguns trechos, atinentes especialmente ao ponto que discutimos. Eis o que dizia em 1870 o eloquentíssimo orador espanhol e professor de história: “Mas eu quisera que alguns dos que defendem a abolição gradual me dissessem em que ponto do mundo a abolição já pôde ser gradual. Intentou-se muitas vezes, mas tiveram que convertê-la em imediata. E vamos à prova, porque aos partidos conservadores e doutrinários não há argumentos tão fortes como os da experiência, os argumentos históricos”.³⁵

Longos trechos do discurso do professor Emilio Castelar, analisando os casos da abolição na França, Inglaterra e nos Estados Unidos, são transcritos com o objetivo de mostrar duas coisas: a) que as monarquias na França e na Espanha foram refratárias ao abolicionismo e; b) que contra a escravidão somente medidas supremas surtem efeito, porque nesse assunto é “impossível toda transação, toda espera”.

Em comum, os jornais sul-mineiros aderiram ao abolicionismo. A imprensa regional compreendeu que o cativo não poderia existir para sempre e que a lei da emancipação, que diversos periódicos taxaram “como natural e santa, forçosamente tinha de vir, [...] inelutável como as leis da natureza”.³⁶ Logo, os jornais se puseram a debater alternativas ao trabalho escravo, preocupados com a continuidade da produção na lavoura e na indústria.

TRABALHADOR IMIGRANTE OU TRABALHADOR NACIONAL?

O trabalho clássico de Emília Viotti da Costa, ao tratar da imigração, informa que:

Em Minas, o problema de braços não se revelava tão urgente quanto nas zonas cafeeiras paulistas, em virtude do deslocamento da mão de obra escrava das antigas áreas de mineração para as zonas de expansão econômica da Mata ou do Sul de Minas. A tentativa de recorrer à colonização estrangeira só esporadicamente se manifestou na Província [...]. A Abolição virá apanhar a Província sem que qualquer movimento mais significativo tivesse sido levado mais adiante.³⁷

Ao invés de discutir os números e as realizações dos projetos imigracionistas em Minas e na região sul da província, o que se quer neste artigo é examinar o modo como as elites sul-mineiras discutiram, por meio da imprensa, alternativas ao trabalho escravo.³⁸ Neste sentido, a primeira coisa a observar é que, diferentemente do que afirma Viotti da Costa, os proprietários sul-mineiros viram com apreensão e abordaram como urgente a questão da mão de obra nas décadas de 1870-1880. Na primeira parte deste texto se fez referência às queixas de câmaras municipais da região sobre a escassez de braços para a lavoura, já na década de 1850. A seguir, mostrar-se-á que a imprensa regional explorou bastante a questão, pendendo para a adoção de solução diversa daquela do “modelo paulista” de transição do trabalho escravo para o livre.

Grosso modo, os jornais sul-mineiros se dividiram em torno a duas posições. Como o *Colombo*, alguns periódicos propugnaram pela imigração. Outros, porém, desconfiaram desta opção e preferiram defender o aproveitamento do trabalhador livre nacional, inclusive o ex-escravo. Esta foi a posição do *Monitor Sul-Mineiro*. Examine-se, primeiro, os defensores da imigração.

Os redatores do *Colombo* convenceram-se logo de que a imigração era o melhor modo de substituir o escravo. Para eles, esta substituição não era mais questão do futuro, e a sua solução estaria na contratação de trabalhadores europeus para rotar os campos e aumentar a riqueza pública. Deste esforço, tanto particulares como o governo deveriam tomar parte. Por essa razão, o jornal republicano de Campanha não poupou o governo de críticas referentes à sua atuação na promoção da vinda de trabalhadores europeus para o Brasil. Exemplo disso é a matéria publicada na edição 46 do jornal republicano, datada de 23 de novembro de 1873:

Imigrantes. Para que os leitores façam ideia do modo porque o governo protege a imigração de que tanto carecemos para substituir o braço escravo na lavoura do país, transcrevemos de um artigo da República a seguinte parte: Há três dias que o público presencia na rua da Alfândega desta capital o espetáculo mais contristador e doloroso, para quem conserva ainda um resto de brio e de dignidade nacional. São centenas de estrangeiros, filhos da Alemanha, adultos, validos, homens e mulheres, e crianças, que deixam sua pátria, seus hábitos de vida, sua economia e suas relações, para virem lavrar a terra neste imperial Estado, engodados pelas promessas que lhe faz o governo do império, e que desprotegidos nesta terra estranha, sem trabalho, sem vida, e sem pão, procuraram a bandeira de sua nação como abrigo único contra a miséria em que os lança o governo do sr. Pedro II!

Na perspectiva do *Colombo*, Abolição e Imigração eram duas reformas gêmeas e inadiáveis, pois delas dependeria a modernização da economia e, por conseguinte, o progresso do país. Um editorial do jornal expôs este ponto de vista limpidamente:

A abolição e a imigração são duas reformas eminentemente econômicas e financeiras: ambas querem aumentar e aperfeiçoar os agentes da produção, e conseqüentemente aumentar a riqueza e o bem-estar da nacionalidade brasileira. Quem nos atrasa, quem nos impede de progredir, é o erro de querer por força que continuem a desgraçar esta nacionalidade uma instituição bárbara e imoral, e leis que nos separam da comunhão com os povos civilizados. Termine-se com a hedionda escravidão e abra-se o Brasil à imigração e não terá limites o movimento progressivo da nossa pátria.³⁹

Esta defesa da imigração realizada pelo *Colombo* parece dever-se muito mais à proximidade ideológica do periódico com os republicanos paulistas, entusiasmados porta-vozes do projeto imigrantista, do que a avaliações inapelavelmente negativas do trabalhador nacional.⁴⁰ Todavia, houve no Sul de Minas jornais que apregoaram a imigração como “único meio capaz de nos libertar dos escravos e pôr-nos ao abrigo da ociosa e desmoralizada classe” dos trabalhadores livres nacionais. Assim pensavam os colaboradores do jornal de Pouso Alegre, *Livro do Povo*, “periódico literário, comercial e noticioso” que circulou nos anos 1880, cujo redator-chefe foi Luiz José de Almeida Queiroz. Em matéria dirigida aos pequenos e médios fazendeiros da região, o jornal

incentivou a contratação de imigrantes açorianos como forma de resolver a falta de braços.⁴¹ Segundo o *Livro do Povo*,

É patente e por todos lamentada a falta de camaradas para o serviço rural e mesmo para os misteres da vida doméstica nos centros populosos. O elemento servil que tem sido até hoje quase o único recurso que possuímos, além de diminuído consideravelmente por efeito da lei de 28 de setembro de 1871, vai-se tornando imprestável pela falta de disciplina e mais que tudo pela falta de educação moral a que tem sido fatalmente condenado pela sua degradante condição.⁴²

Ora, os fazendeiros não poderiam mais contar nem com os escravos e ex-escravos, nem com os trabalhadores livres nacionais. Os primeiros porque

por muito estúpida e ignorante que seja essa classe, cumpre não esquecer que ela dificilmente conseguirá afastar de suas recordações, as ofensas, os ultrajes e ignomínias que lhe infligiram seus algozes, que serão, durante muito tempo ainda, olhados por ela como inimigos de sua raça.⁴³

Os segundos, homens livres pobres nacionais, porque,

quase que não possuímos pessoal algum; o pouco que existe, ninguém ignora que prefere a repugnante ociosidade em que vive, a empregar-se honestamente no trabalho produtivo. Homens de costumes estragados pelo hábito da vadiagem; mulheres desenvoltas por uma precoce libertinagem; crianças educadas pelos mais deploráveis exemplos de imoralidade e desde cedo saturadas de todos os vícios.⁴⁴

Não haveria, portanto, “escolha possível entre esses dois elementos destruidores da moral e da tranquilidade – o escravo como é presentemente e o homem livre que possuímos”. Logo, conforme os redatores do jornal de Pouso Alegre, restaria tão somente agarrar-se ao imigrante, com muitas vantagens:

Nessas circunstâncias, entendemos que o meio mais razoável de que podemos lançar mão é o elemento estrangeiro. Acha-se atualmente nesta cidade o Sr. João Augusto Soares Brandão, agente de uma empresa de navegação transatlântica que encarrega-se de obter, por módica quantia, trabalhadores nas condições de bem servir-nos. Não há quem não conheça a aptidão e moralidade dos ilhéus. Homens para quem o trabalho é

um sacerdócio, empregam-se com dedicação em qualquer serviço, executando-o com inteligência e independente de assíduas observações de quem lhes paga. [...] Assim, pois, não hesitamos aconselhar aos nossos lavradores e mesmo aos habitantes das povoações, que vão entender-se com aquele agente com o fim de se munirem de gente própria para todo o serviço e mais em harmonia com os nossos hábitos sociais e domésticos.⁴⁵

Esta matéria, preconceituosa, vazada em linguagem crua e dura, além de indicar a “racialização crescente” do debate nacional sobre o trabalho, a cidadania e o progresso, advoga claramente a promoção da imigração como negócio rentável, a cargo de empresas privadas (ainda que viabilizado por subsídios públicos).⁴⁶ Vê-se que o “modelo paulista” alcançara influência entre proprietários mineiros da área de fronteira entre as duas províncias.

A matéria do *Livro do Povo* oferece pistas sobre o processo de estigmatização do elemento nacional no fim do século XIX, gerador da imagem de que o trabalhador brasileiro seria “vadio, indolente, inerte e cheio de vícios”. Conforme Lúcio Kowarick, tal imagem era funcional ao projeto imigrantista e vigorou até a Primeira Guerra Mundial, que teria provocado forte crise do fluxo migratório. Nas palavras de Kowarick:

Assim como antes os potentados agrários haviam enaltecido as virtudes do imigrante, argumento básico para canalizar enorme soma de recursos, que, por meio de subsídios governamentais, recriam oferta de trabalho abundante, tornava-se imperioso reverter o discurso a fim de arregimentar a mão de obra nacional: estava sendo minada a secular percepção segundo a qual os nacionais eram vadios, corja inútil, imprestável para o trabalho disciplinado.⁴⁷

Essencialmente correta, a proposição de Kowarick requer, contudo, observações que a matizem, seja no que se refere à abrangência geográfica da construção do estigma, seja quanto à intensidade do processo. Mais especificamente, na região Sul de Minas, parte significativa da imprensa expressou visão mais positiva do trabalhador nacional, inclusive do ex-escravo, e também não abraçou obstinadamente o desejo de arregimentar mão de obra estrangeira. Ao contrário, muitos jornais desconfiavam da imigração como remédio mais indicado para a falta de braços na produção. Assim pensavam, por exemplo, os responsáveis pelo itajubense *A Verdade*. Em 11 de março de 1886, este jornal publicou matéria sobre a questão, na qual se lê:

[...] Os imigrantes afluem para ali [São Paulo] quase que diariamente, para se empregarem na lavoura e nas oficinas

de diversos gêneros. Mesmo *alguns fazendeiros procuram os meios de introduzir em suas terras trabalhadores livres*, que venham quanto antes substituir o péssimo e feio trabalho do escravo. É por isso que, quem vai a S. Paulo, vê e aprecia com alegria a transformação e a reforma em muita coisa. [...] No entanto, ao passo que S. Paulo caminha e se engrandece; que o Rio de Janeiro conserva a sua autonomia de cabeça do Império [...], Minas Gerais, esse colosso respeitável, continua inerte, abatida e desprestigiada [...]. Se este é o estado geral da província, com a limitação que fica apontada, mais sensível e digna de nota é a zona do Sul, e particularmente os municípios de Itajubá, Paraíso e Pouso Alegre, pois nada lhes tem valido a excelência de seus terrenos, que tudo produzem com abundância, para obterem o ramal de ferro, que lhes foi negado pelo governo provincial, duas vezes. Erro ou capricho, a verdade é que *200 mil habitantes ativos e laboriosos* sofreram e sofrem a injustiça de não ser lei a projetada via férrea do Vale do Sapucaí. (Grifos nossos).

O que se pode perceber na matéria transcrita acima? Ela indica, em primeiro lugar, que os redatores d'*A Verdade* vislumbravam a possibilidade de empregar com sucesso a mão de obra nacional nas fazendas. Aliás, esta alternativa era tentada mesmo em São Paulo, a província mais adiantada do Império, e seria ainda mais natural no caso de Minas Gerais, dada sua numerosa, “ativa e laboriosa” população. Em segundo lugar, o jornal, ao chamar atenção para o abatimento do Sul de Minas por causa da falta do “ramal de ferro”, considerava necessário analisar os fatores que dificultavam, em cada canto do país, o crescimento da produção. Eles não seriam os mesmos em Minas e em São Paulo. Em Minas, conforme o periódico de Itajubá, havia abundância de camaradas para empregar na produção, mas minguavam capitais que a incrementassem e meios de transporte modernos para escoá-la, bem como inexistiam apropriado arcabouço legislativo e direção governamental que conduzissem a transformação do trabalho escravo em livre.⁴⁸

Em Machado, recém-emancipado de Alfenas, começou a circular, em 1886, o jornal *Correio do Machado*, órgão republicano redigido por J. J. dos Santos Silva, “periódico dedicado aos interesses sociais e particularmente do município do Machado, do 13º distrito e do Sul de Minas, literário, industrial e noticioso”. No número 42, de 20 de maio de 1888, além de noticiar a assinatura da Lei Áurea, o *Correio do Machado* publicou matéria, intitulada “Carta de um fazendeiro de Taubaté”, na qual o anônimo missivista demonstra contabilmente, em primeiro lugar, que o emprego do trabalhador livre nos cafezais é viável. Em segundo lugar, afirma que o principal obstáculo para isso é a falta de crédito:

Mais do que a falta de educação no trabalho livre, perturba atualmente a lavoura a imprevidência do agricultor brasileiro, que não cuidou em tempo de reunir o capital necessário para o pagamento do jornal diário ou mensal. Esta dificuldade é uma consequência natural do descuido em que vivia-se no tempo do regime escravo, e para vencê-la só conhecemos um meio prático e eficaz. Criem-se estabelecimento de crédito onde o lavrador encontre capitais, com a garantia de penhor mercantil de suas colheitas, e cinja-se o lavrador ao seu orçamento e só gaste o que puder gastar.⁴⁹

Em seguida, o missivista defende veementemente a sua preferência pelo braço nacional, dizendo:

Sou muito amigo da colonização estrangeira, mas é de justiça que antes de se fazerem grandes despesas com a colocação de colonos, prodigalizando-se-lhes todos os favores e concessões, [...] aproveitem-se as aptidões do trabalhador nacional, estimulem-se ao serviço livre os ex-escravos, que já conhecem o trabalho e a terra, enquanto que o estrangeiro precisa aclimatar-se, aprender a nossa língua, conhecer nossa lavoura à custa de muito esforço e trabalho. O que tenta o imigrante é a perspectiva de melhorar a sua sorte. Melhoremos a de nossos patrícios, de nossos ex-escravos, que eles provarão o quanto são aproveitáveis. Não somos infensos à imigração estrangeira [...]. O que, porém, não podemos tolerar é que no afã de acompanhar a moda, despreze-se tanto o trabalhador nacional, aliás bem útil.⁵⁰

Vale observar a similaridade do diagnóstico do problema da lavoura feito por estas folhas sul-mineiras e o das elites do Norte do Brasil, cujas opiniões foram expressas no Congresso Agrícola do Recife (1878) e por grupo de deputados governistas na Câmara, integrado, dentre outros, por nomes como Menezes Prado (Sergipe), Gomes de Castro e Dias Carneiro (Maranhão) e Alencar Araripe (Ceará). Estes homens apontaram como problemas principais da grande lavoura nortista a escassez de capitais e de meios de transporte; quanto ao problema da mão de obra, acreditaram que a solução seria a utilização dos braços locais, da massa de população desempregada ou subempregada e dos ingênuos da lei Rio Branco. Nas palavras de Menezes Prado, o objetivo prioritário da lavoura do Norte era a oferta de crédito barato:

É melhorando as condições atuais de nossa lavoura que havemos de favorecer e desenvolver a imigração estrangeira [...]. Enquanto não cuidarmos seriamente de melhorar as condições da lavoura brasileira [...] penso que será pouco

proveitosa senão infrutífera qualquer tentativa que faça o Governo para supri-la de braços, por uma razão muito simples: porque ela não os pode pagar.⁵¹

A desconfiança em relação à imigração também caracterizou a atitude do *Monitor Sul-Mineiro*. Basta, para evidenciá-la, o trecho do editorial do n. 941, de 27 de janeiro de 1889:

[...] Receiamos que a prosseguir no açodamento com que se promove a colonização que se tornou em panaceia, traga em último resultado a exclusão do braço nacional, o que, sobre ser injusto, será um grande mal por nos constituir de ora em diante na dependência do braço italiano, assim como outrora estivemos do africano; e além disso, nas descontínuas substituições porque o colono europeu, conquanto mais inteligente tem mais necessidade de expansão.

Os redatores do *Monitor Sul-Mineiro* temiam a supressão ou irregularidade do fluxo de imigrantes, em função de mudanças nas conjunturas europeias, como também a “necessidade de expansão” do colono, isto é, a provável tendência dos imigrantes rapidamente abandonarem as lavouras em busca de ascensão social na nova terra. Os trabalhadores que viessem substituir os escravos, fossem estrangeiros ou nacionais, deveriam ser disciplinados, obedientes e dedicados. Tais “atributos” eram enfatizados tanto pelo *Correio do Machado* quanto por Bernardo Saturnino da Veiga, o nome por trás do *Monitor Sul-Mineiro*. O periódico de Machado, que preconizava o uso do braço nacional, dizia, por meio da referida “Carta de um fazendeiro de Taubaté”:

Creio, com bons fundamentos, que com aplicação séria das leis coercitivas a vadios e vagabundos, salários remuneradores, menos festanças – sem prejuízo do verdadeiro culto – será fácil e com mais proveito cultivar-se com trabalhadores livres nacionais o que se cultivava mal com o braço escravo. Experimentem a receita que verão o resultado.⁵²

A posição de Bernardo Saturnino da Veiga ficou expressa com absoluta nitidez nas páginas do *Almanach Sul Mineiro para o ano de 1874*, impresso na tipografia do *Monitor Sul-Mineiro*. Menos otimista sobre as qualidades e produtividade do braço nacional que seus colegas de Machado, Saturnino da Veiga se queixava de que, na população da região, havia “certa prevenção contra o trabalho agrícola, injustamente julgado por muitos como próprio unicamente do escravo”.⁵³ Segundo ele, existia muito ócio entre os homens livres. Conforme suas palavras, “infelizmente é considerável o número daqueles que, nada

possuindo, passam a vida em ócio quase permanente, fornecendo aos anais do vício e do crime talvez nove décimos dos nomes que ele registra”.⁵⁴ Esta situação não seria o resultado de atavismo incontornável, mas exigiria atitudes enérgicas para sua correção. Saturnino da Veiga prescrevia, como remédios para o ócio, a ação da força policial, o oferecimento de instrução para as camadas inferiores do povo e a elaboração de boas leis de locação de serviços.⁵⁵

Muito distinto do desejo dos grandes cafeicultores paulistas, que, na década de 1870, queriam trabalhadores imigrantes ocupados apenas na grande lavoura, a posição de Bernardo Saturnino da Veiga correspondia à dos proprietários da Zona da Mata, cujas propostas para enfrentar os estertores da escravidão foram analisadas por Ana Lúcia Duarte Lanna. Diz ela:

[...] A questão da solução de braços para a lavoura, na região da Mata Mineira, passa por outros caminhos que não o estabelecimento de um fluxo migratório. A questão central é a do crédito e de melhores condições de transporte. A reivindicação de braços para a lavoura não implica, no geral, uma associação ao imigrante, mas a possibilidade de controle de força de trabalho existente, na qual se incluem os ex-escravos.⁵⁶

A interpretação desta autora, à luz do que se apresentou anteriormente sobre a imprensa sul-mineira, pode ser perfeitamente estendida às áreas mineiras a oeste do grande arco formado pelo rio Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, não incorre em erro quem observa que as elites sul-mineiras, nas décadas de 1870 e 1880, discutiram largamente a questão servil, em grande medida por meio de diversos jornais locais, particularmente nas cidades de Campanha, Itajubá e Pouso Alegre. E estas discussões se mostraram bem informadas do que se passava na Corte e na vizinha Província de São Paulo.

No que se refere à Abolição, houve nos jornais sul-mineiros indisfarçável consenso: o fim da escravidão deveria ser gradual, pela via parlamentar, como resultado do convencimento progressivo da sociedade de que o cativo era instituição que obstaculizava o avanço do País rumo à civilização e ao progresso material e moral. Senhores conservadores, liberais e mesmo republicanos do Sul de Minas pareciam subscrever quase inteiramente a proposta capitaneada por personalidades como Joaquim Nabuco. Esta era, sem dúvida, a posição adotada pela linha editorial do *Monitor Sul-Mineiro* e *A Verdade*, que davam vozes a camadas sociais influentes de Campanha e Itajubá. Mais radicais, os colaboradores dos periódicos republicanos *Colombo* e *Valle-Sapucahy*

associavam abolicionismo e republicanismo, concebendo-os como faces de uma mesma luta política contra o atraso da Monarquia. Porém, nem os entusiasmados republicanos de Campanha nem seus correligionários de Pouso Alegre pretendiam ver esta luta política transformar-se em mobilização popular. De qualquer modo, vale realçar que os republicanos sul-mineiros, diferentemente dos paulistas e fluminenses, abraçaram sem hesitação o abolicionismo.

Quanto à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, os sul-mineiros mostraram-se mais temerosos diante da solução representada pela imigração europeia. As elites letradas da região duvidaram da adaptação dos trabalhadores europeus às lides agrárias brasileiras, além de desconfiarem da continuidade temporal da oferta de imigrantes. Ao contrário dos paulistas, preconizadores da política imigrantista, os sul-mineiros penderam para o lado do trabalhador livre nacional. Embora julgassem que os “camaradas” fossem menos instruídos que os imigrantes, os homens de imprensa sul-mineiros os consideravam bastante úteis às fazendas e indústrias da região. Por isso, quiseram que os governos tomassem medidas capazes de disponibilizar esta mão de obra, com abundância e disciplina. Nos jornais de Campanha, Itajubá e Pouso Alegre, a estigmatização do trabalhador nacional não se afigurou como a inclinação dominante.

Inseridos em uma economia regional agrária e diversificada, relativamente dinâmica e que contou com significativo contingente mancipio até às vésperas da Lei Áurea, os colaboradores dos jornais sul-mineiros vislumbraram no trabalhador nacional alternativa mais adequada às condições da região. A solução sul-mineira para o problema da mão de obra era distinta da solução paulista. Quanto aos ex-escravos, os jornais de Campanha, Itajubá e Pouso Alegre não pareciam acreditar em sua utilidade, porque a longa servidão teria retirado deles as qualidades humanas necessárias ao convívio ordeiro e harmonioso com as famílias proprietárias. A sina dos ex-escravos seria, conforme pensava boa parte dos homens de imprensa do Sul de Minas, a marginalização social. Nos jornais da região, ideias como as de André Rebouças não encontraram ressonância.

NOTAS

¹ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Significados da liberdade no Sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

² Ver ROCHA, Antônio Penalves (Org.). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001. (Col. Formadores do Brasil).

³ CALDEIRA, Jorge (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002. (Col. Formadores do Brasil).

- ⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- ⁵ CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 17-41.
- ⁶ Para discussão aprofundada sobre as propostas desta geração, ver ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ⁷ Vale observar que, para Nabuco, convinha que a extinção da escravidão fosse acompanhada da concessão de indenização aos proprietários de cativos. Esta ideia, abominada pela maioria dos abolicionistas, foi abandonada por ele em 1884, ano em que ele regressou da Inglaterra para o Brasil. Ver ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ⁸ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. André Rebouças e a questão da liberdade. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 54.
- ⁹ MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.
- ¹⁰ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 97-98.
- ¹¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- ¹² MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. p. 36.
- ¹³ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2003. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- ¹⁴ MARTINS, Maria do Carmo Salazar et al. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. Os mapas de população de 1862-1863, solicitados pelo governo provincial aos municípios e que foram preenchidos pelos respectivos párocos, resultaram num conjunto de documentos que abarca 34 municípios e 76 freguesias. Dentre eles, encontram-se o município de Alfenas e a freguesia de Machado.
- ¹⁵ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 55 e 363.
- ¹⁶ Ibidem, p. 55.
- ¹⁷ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro para o ano 1874*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. p. 30.
- ¹⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987 (parte II).
- ¹⁹ Jornal *Monitor Sul-Mineiro*, 10 out. 1886.
- ²⁰ Em editorial de 20 de julho de 1881, o periódico campanhense *Colombo* denunciou a inconsistência dos responsáveis pelo *Monitor Sul-Mineiro*, escrevendo: “jornais que se dizem liberais democráticos, no mesmo número em que emitem belas teorias e apregoam os princípios do bem, do justo e do honesto, dão ingresso em suas colunas a três e quatro daqueles anúncios

imorais, que são o brado de alerta para a perseguição de uns tantos infelizes, que têm a desgraça de ser escravo [...]”.

²¹ Jornal *A Verdade*, n. 1, 04 mar. 1886.

²² Jornal *A Verdade*, n. 2, 11 mar. 1886.

²³ Jornal *A Verdade*, 17 maio 1888, p. 1-2.

²⁴ Para o significado da expressão “boa sociedade”, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, 1987 e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Boa sociedade. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 95-97.

²⁵ Jornal *Colombo*, n. 10, 09 mar. 1873.

²⁶ Conforme CARVALHO, 2007, op. cit.

²⁷ Jornal *Colombo*, n. 460, 06 abr. 1885.

²⁸ Jornal *Colombo*, n. 455, 01 mar. 1885.

²⁹ Jornal *Colombo*, n. 47, 30 nov. 1873.

³⁰ A curta vida deste jornal pode ser entendida a partir da notícia seguinte: “Pouso Alegre. Por notícias, agora confirmadas pelos jornais da Corte, sabemos que nesse lugar dera-se um desacato à tipografia onde se imprimia o Valle-Sapucahy, destruindo-se todo o material. [...] O presidente da província fez seguir para essa cidade, a 06 do corrente, o chefe de polícia com um oficial e 10 praças de cavalaria, para tomar conhecimento do fato” (*A Verdade*, n. 2, 11 mar. 1886).

³¹ Jornal *Valle-Sapucahy*, n. 19, 13 fev. 1886.

³² *Ibidem*.

³³ Jornal *Colombo*, n. 249, 20 out. 1880. Esta notícia aponta para o fato de que o tráfico interno de escravos aumentou os riscos de reescravização ou escravização ilegal sobre os chamados livres “de cor”, toda vez que estes se afastassem de suas redes de relações pessoais. Ver MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: significados da liberdade no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. cap. 9.

³⁴ O jornal diz aos leitores que Diogo de Vasconcelos é “ultramontano, papista e fanático”, bem como “grande proprietário agrícola e senhor de escravos”.

³⁵ Jornal *Colombo*, n. 436, 28 set. 1884.

³⁶ Jornal *O três pontano*, n. 9, 27 jun. 1897.

³⁷ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 140.

³⁸ Estudo praticamente pioneiro sobre a imigração em Minas Gerais é o trabalho de MONTEIRO, Norma Gôes. *Imigração e colonização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. O trabalho de Maria Lúcia Prado Costa contém informações sobre trabalhadores imigrantes no Sul de Minas Gerais, especialmente nos municípios de Machado e Paraguaçu. COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

³⁹ Jornal *Colombo*, 17 ago. 1884.

⁴⁰ Para maiores detalhes sobre o desejo dos fazendeiros de café paulistas de contarem com o imigrante apenas como mão de obra na grande lavoura, ver, por exemplo, PETRONE, Maria

Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História, 38).

⁴¹ Jornal *Livro do Povo*, n. 14, 12 dez. 1881.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Sobre a “racialização do debate” brasileiro no fim do século XIX, ver MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial, 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 3, p. 15-37.

⁴⁷ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 123.

⁴⁸ Nos termos d’*A Verdade*: “Atravessamos um período crítico neste sentido. Qual será o médico, que a enfermidade tão perigosa, quão gravíssima, aplique acertado e enérgico remédio? A iniciativa particular é incapaz por impotente. Só o governo, tutor nato de tudo e de todos, de coisas e homens, de inventos e necessidades é capaz de batalhar e vencer. Só ele pode fazer com César: veni, vidi, vinci” (n. 3, 18 de março de 1886).

⁴⁹ Jornal *Correio do Machado*, n. 42, 20 maio 1888.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império, 1871-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 79.

⁵² Jornal *Correio do Machado*, n. 42, 20 maio 1888.

⁵³ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul Mineiro para o ano 1874*. Campanha, MG: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874. p. 30.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem, p. 31.

⁵⁶ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 81.

Artigo recebido em abril de 2012. Aceito em dezembro de 2012.